



COGNITIO

Revista de Filosofia
Centro de Estudos de Pragmatismo

São Paulo, v. 26, n. 1, p. 1-16, jan.-dez. 2025
e-ISSN: 2316-5278

 <https://doi.org/10.23925/2316-5278.2025v26i1:e68345>

Metáforas literárias e a esperança de renovação social: uma relação entre linguagem e imaginação a partir do neopragmatismo de Richard Rorty

Literary metaphors and the hope of social renewal: a relationship between language and imagination from Richard Rorty's neopragmatism

Heraldo Aparecido Silva*
heraldokf@yahoo.com.br

Francisco Raimundo Chaves de Sousa**
franciscochavesph@gmail.com

Resumo: Este trabalho discute alguns aspectos das metáforas literárias na filosofia de Richard Rorty. Trata-se de uma investigação de caráter bibliográfico centrada em alguns momentos específicos da produção filosófica rortyana, especificamente, nas obras *Contingência, ironia e solidariedade* (2007) e *Ensaio sobre Heidegger e outros* (1999a). Foram consultadas como literatura de apoio obras e artigos de intérpretes que abordam temas da ética, filosofia política e filosofia social no pensamento de Rorty, a exemplo de Malachowski (2002) e Schulenberg (2015). Nesse contexto, Rorty propõe um uso prático para as metáforas literárias como elemento fomentador de mudanças individuais e sociais, visto que sugerem, por meio da imaginação, cenários éticos, políticos e sociais alternativos, além de inspirar mudanças redescritivas específicas para as descrições dos indivíduos e sua comunidade.

Palavras-chave: Metáfora Literárias. Neopragmatismo. Rorty.

Abstract: *This work discusses some aspects of literary metaphors in Richard Rorty's philosophy. This is a bibliographical investigation focused on some specific moments of Rorty's philosophical production, specifically, in the works *Contingency, irony and solidarity* (2007) and *Essays on Heidegger et al.* (1999a). Works and articles by interpreters who address topics of ethics, political philosophy and social philosophy in Rorty's thinking were consulted as supporting literature, such as Malachowski (2002) and Schulenberg (2015). In this context, Rorty proposes a practical use for literary metaphors as an element that promotes individual and social changes, as they suggest, through imagination, alternative ethical, political and social scenarios, in addition to inspiring specific redescriptive changes for the descriptions of individuals and your community.*

Keywords: *Literary Metaphors. Neopragmatism. Rorty.*

Recebido em: 16/09/2024.

Aprovado em: 20/11/2024.

Publicado em: 25/02/2025.

1 Introdução

O objeto de discussão deste trabalho é a noção de metáfora na filosofia neopragmatista de Rorty e, para tal, focaremos na seguinte tese rortyana: “[...] a metáfora como um ponto de crescimento da linguagem” (Rorty, 1999b, p. 26). Entendemos que essa ideia direciona o debate para a criação de novas palavras, proposições e vocabulários, isto é, para novas formas de descrever, agir e se relacionar com o mundo. Esse raciocínio engloba as relações individuais e comunitárias, haja vista que a teorização do neopragmatista americano se dedica a discutir esses aspectos.

Acrescentamos que essa exposição foi construída em três seções, de tal forma que elas se complementam ao final. A primeira recebe como título: *Neopragmatismo e linguagem: apontamentos iniciais sobre metáforas,*



Artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

* Universidade Federal do Piauí.

** Universidade Federal do Piauí.

na qual apresentamos a importância das metáforas na teorização de Rorty (1999a; 2007), ao tempo em que a situamos na discussão sobre filosofia da linguagem. Por fim, introduzimos apontamentos iniciais a respeito da relação da metáfora com a visão de Rorty (2007) sobre vocabulários finais.

A segunda seção recebe o título de *O uso da metáfora no processo de renovação da linguagem*. Nela tratamos de ideias como o local, sentido e uso do metafórico, com a intenção de explicar a visão de Rorty (1999a; 2007) sobre o papel das metáforas na linguagem.

Por fim, na última divisão, intitulada: *Metáforas na perspectiva ironista de Richard Rorty*, tratamos da operacionalização do uso dessas metáforas na teoria rortyana. Para isso, explicitamos o conceito de ironista liberal; ainda na seção em tela, demonstramos uma subdivisão do sujeito ironista representada nas figuras do teórico ironista e do romancista ironista. Tal apresentação aproxima o debate da construção do sujeito da noção rortyana de metáforas literárias.

2 Neopragmatismo e linguagem: apontamentos iniciais sobre metáforas

Em vez de iniciar a discussão pelos flancos para acessarmos o centro, vamos tentar uma abordagem inversa, ou seja, apontar um conceito e, no restante do debate, discutir as nuances que estão em volta dele. Assim, uma metáfora, para o neopragmatista americano, é “[...] uma voz que vem do exterior do espaço lógico, ou uma clarificação lógico-filosófica da estrutura desse espaço. É o chamado para a mudança da linguagem e da vida de alguém, ao invés de uma proposta de como sistematizar tanto uma como a outra” (Rorty, 1999a, p. 27).

O conceito se refere à mudança, à transformação de vidas, o que, em nossa perspectiva, denota grande importância no debate filosófico rortyano, pois é nesse aspecto que ele concentra suas teses filosóficas. Vejamos como isso se procede no fragmento de texto abaixo:

Deixem-me iniciar esse tópico sobre a metáfora fazendo uma afirmação curta e dogmática: há três maneiras através das quais novas crenças podem ser adicionadas a nossas crenças anteriores, forçando-nos consequentemente a trama de nossas crenças e desejos – a saber: percepção, inferência e **metáfora**. [...] A tradição filosófica colocou a metáfora em uma posição inferior porque, se a metáfora fosse reconhecida como uma terceira fonte de verdade, poria em risco a concepção da filosofia como um processo que culmina na visão, *theoria*, contemplação do que está em *vorhanden*. (Rorty, 1999a, p. 26-27, grifo nosso).

O trecho acima é elucidativo em vários pontos, por exemplo: ele localiza a metáfora dentro da discussão filosófica sob o ponto de vista neopragmático, isto é, afirma que, se pensarmos a metáfora como forma de modificar crenças, seria pensar na linguagem como sujeita a ampliações contínuas e infundas. Em seguida, expressa uma enunciação rortyana de que um suposto conservadorismo filosófico impede o reconhecimento dela como mecanismo de alteração de crenças, logo, de mudanças de perspectivas.

O terceiro e mais importante para nossa discussão trata sobre o debate centrado no poder de renovação e desnaturalização da metáfora, ou seja, uma capacidade para abrir espaços e criar o novo. Isto posto, algumas considerações são necessárias, dentre elas, a interpretação de que o uso que Rorty (1999a; 2007) faz das metáforas está conectado à perspectiva da filosofia da linguagem.

Mesmo que nossa abordagem esteja recortada em algumas noções do neopragmatismo de Rorty (2007), devemos, neste momento da discussão, situá-la dentro de um contexto mais amplo, isto é, como uma vertente histórica do pragmatismo focada na linguagem como critério teórico de pesquisa. Neste caso, salientamos o movimento intitulado *virada linguística* como ponto chave para o debate. Abaixo citamos um resumo desse processo:

O fator primordial de mudança histórica e conceitual no pragmatismo concerne ao movimento filosófico *linguistic turn* (virada linguística), que iniciou a substituição da experiência pela linguagem, como principal tema de investigação. Após a virada linguística, duas variantes foram estabelecidas para a tradição pragmatista. A vertente original com Charles S. Peirce (1839-1914), William James (1842-1910) e John Dewey (1859-1952) manteve a denominação de pragmatismo clássico; e a vertente posterior, com Willard O. Quine (1908-2000), Nelson Goodman (1906-1998), Hilary Putnam (1926-2016), Donald Davidson (1917-2003) e Richard Rorty (1931-2007) foi designada como neopragmatista. (Silva, 2018, p. 136).

Rorty (1999a) atribui a criação do termo *linguistic turn* a Gustav Bergmann (1900-2017). No ensaio, intitulado *Logical positivism, language, and the reconstruction of metaphysics* (1992), o teórico inglês nos ajuda a entender que um movimento filosófico é uma atividade de um grupo de filósofos de origem intelectual comum, que, por um tempo mínimo de uma ou duas décadas, aprendem e desenvolvem críticas sobre seus respectivos trabalhos (Bergmann, 1992). Pontuamos que essas críticas ou discordâncias entre os autores é um processo necessário na construção e aprimoramento do conhecimento.

Dessa maneira, o movimento denominado virada linguística marca um novo direcionamento para a discussão dos problemas filosóficos debatidos pelo neopragmatismo. Embora Rorty (1999a, p. 75) afirme que “[...] ‘a virada linguística’ foi uma tentativa bastante desesperada de manter a filosofia enquanto uma disciplina basilar”, as discussões que envolvem a filosofia da linguagem fazem parte do seu arcabouço teórico, e a maneira como ele refuta o termo virada linguística é característica de sua argumentação filosófica, na qual é levado em consideração um antirrepresentacionismo concordante com sua tese antiessencialista, ou seja, a linguagem não pode ser substituída por termos como a mente ou representação acurada (Rorty, 1994).

Por conseguinte, mesmo que o debate sobre a linguagem não seja uma novidade trazida pelo movimento supracitado, temos mudanças visíveis nos aspectos que se referem ao seu uso como sustentação em teses filosóficas rortyanas, a saber: a visão prática da linguagem como uma caixa de ferramentas (Rorty, 2007).

A partir dessa ideia, abre-se um leque de discussões sobre a temática, tais como a visão da linguagem como um produto da socialização e que está em constante transformação, bem como composta por vocabulários que têm seu sentido construído em um contexto de uso prático (Rorty, 2007). Discutimos os principais pontos dessa análise seguindo a linha argumentativa do neopragmatista estadunidense, que se inicia pela explicação da relação entre contingência e linguagem.

Assim, retomamos a ideia da caixa de ferramentas, que é influência da discussão que Ludwig Joseph Johann Wittgenstein (1889-1951) faz no seu texto *Investigações filosóficas* (2009) sobre filosofia da linguagem. Dessa forma, pontuamos que Rorty (1999a, 2007) não realiza uma mera apropriação dessa ideia que, no caso, a utiliza como ponto de sustentação na defesa de sua proposição sobre uma cultura literária. Também registramos que, de acordo com Schulenberg (2015), a aproximação e o interesse de Rorty pelo trabalho de Wittgenstein datam da década de 1960, em textos como a introdução de *Linguistic turn* (1992), ou seja, tem uma relação de importância desde o início de sua carreira.

Em linhas gerais, a ideia apresentada pelo filósofo austríaco é a de que o significado das palavras não é metafísico. Por conseguinte, não há uma estrutura a ser descoberta ou um conceito intrínseco a elas. Também seria coerente pensar que ela se volta para um sentido prático. Destarte, criaríamos palavras para finalidades específicas, como também para prever resultados de ações diversas. Acrescenta-se que a teoria wittgensteiniana sugere uma analogia com uma caixa de ferramentas que é expressa da seguinte forma:

Pense nas ferramentas dentro de uma caixa de ferramentas: encontram-se aí um martelo, um alicate, uma serra, uma chave de fenda, um metro uma lata de cola,

cola, pregos e parafusos. - Assim como são diferentes as funções desses objetos, são diferentes as funções das palavras. (Wittgenstein, 2009, p. 20, §11).

No trecho há uma indicação do homem como sujeito ativo e não como mero expectador de relações consigo mesmo e com o mundo. Outrossim, ferramentas são objetos destinados a um fim. A criação/invenção delas, normalmente, leva em conta a funcionalidade que elas terão. Logo, quando as utilizamos temos um propósito em mente que, grosso modo, seria o de modificar um outro objeto para que consigamos resultados específicos. Deste raciocínio surgem dois problemas os quais podemos encontrar a solução no texto do próprio Wittgenstein. O primeiro deles seria a indagação de como criamos e escolhemos essas ferramentas, ou seja, as palavras ou nomes para atingirmos nossos propósitos. De forma sequencial, perguntaríamos se essas ferramentas serviriam a mais de uma finalidade ou se poderíamos usá-las para modificar diferentes objetos, isto é, para alcançar diferentes fins (Wittgenstein, 2009).

Apresentamos abaixo respostas breves e fundamentais para nossa argumentação a partir desses pontos. *A priori*, o processo de “[...] dar nome a algo é semelhante a fixar uma etiqueta em uma coisa” (Wittgenstein, 2009, p. 22, §15). Com efeito, quando nomeamos um objeto seria próximo a uma maneira de fixar um uso para as marcas e ruídos que emitimos no ato da comunicação. No entanto, isso poderia ser considerado uma forma elementar, tendo em vista que estamos falando de objetos. No caso de ideias, o processo seria diferente, pois aconteceria de forma semelhante a uma tentativa de se estabelecer uma diferenciação entre “[...] palavras ‘sem significado’, como elas ocorrem nas poesias de Lewis Carroll, ou de palavras como ‘la-ra-la-ra-la’ numa canção” (Wittgenstein, 2009, p. 21, §13).

Sob o mesmo ponto de vista, entendemos que os dois processos citados têm níveis e complexidades diferentes, porque, à medida que aprendemos para quais fins destinar essas ferramentas, aprimoramos o processo de utilização social delas. Assim, a resposta para o nosso primeiro quesito seria que criamos enquanto interagimos com o espaço e as outras pessoas. Simultaneamente, a resposta para o segundo quesito é que esses usos são classificáveis por afinidade, mas o modo como fazemos essa estratificação “[...] vai depender da finalidade da divisão – e de nossa inclinação” (Wittgenstein, 2009, p. 22, §17). Desta forma, poderíamos usar essas ferramentas, desde que o contexto, ou seja, nossas inclinações assim sugerissem. No entanto, a efetividade desse uso não é uma coisa que conseguiríamos asseverar previamente, todavia ferramentas estão sujeitas ao processo de experimentação.

Em suma, o filósofo austríaco, na sua apresentação da linguagem como uma caixa de ferramentas, indica-nos que ela está ligada a um estilo de filosofar que considera o entendimento dessas palavras como elementos organizativos de um organismo vivo. Analogamente, é como se fossem inseridas em um jogo de linguagem¹ que, por sua vez, está em constante modificação. Logo, elas não têm um significado fixo ou predeterminado (Wittgenstein, 2009). Por conseguinte, “[...] podemos dizer, que novos tipos de linguagem, novos jogos de linguagem surgem, outros envelhecem e são esquecidos” (Wittgenstein, 2009, p. 27, §23).

Isto posto, endossamos que o contato direto com esses pontos iniciais da teorização wittgensteiniana sobre a linguagem é salutar, pois nos proporciona entender com maiores detalhes alguns postulados rortyanos, a exemplo da ênfase nos vocabulários, e como a transformação deles é um mecanismo importante dentro de sua teoria sobre uma utopia liberal.

A ideia wittgensteiniana serve de suporte à argumentação de Rorty (2007, p. 26), a qual afirma que “[...] os grandes cientistas inventam descrições do mundo que são úteis para os objetivos de prever e controlar o que acontece, assim como os poetas e os pensadores políticos inventam outras descrições para outros fins”. O verbo *inventar* funciona como conexão para os mecanismos de sustentação de suas ideias, bem como para a crítica de outras teses filosóficas. Portanto, serve de defesa, à medida que se

1 Esse aspecto é mais bem definido com a seguinte passagem: “Chamarei de ‘jogo de linguagem’ também a totalidade formada pela linguagem e pelas atividades com as quais ela vem entrelaçada” (Wittgenstein, 2009, p.19).

remete a imaginação como uma capacidade ilimitada da criação de novas formas de pensar e agir (Rorty, 2007). Não obstante, é usado como crítica quando empregado sob o ponto de vista de um mundo dito ou explicado como dado, ou seja, um mundo que não depende da capacidade linguística de descrição dos seres humanos, o que equivale a dizer que a verdade está dada (Rorty, 2007).

Schulenberg (2015) trabalha essa ideia – a partir da definição de fisicalismo² não reduutivo, feita por Rorty (1997), explicando que:

A maioria das versões do pragmatismo estão dispostas a admitir que a realidade consiste em objetos físicos em interações causais com um ambiente físico e uns com os outros, bem como que esses objetos têm propriedades distintas que podem ser medidas e analisadas pelas ciências físicas. O mundo está lá fora, pode nos levar a agir, refletir ou sentir, mas nunca seremos capazes de alcançá-lo em sua presença imediata. (Schulenberg, 2015, p. 23, tradução nossa).

Nessa perspectiva, o que é dado nos seria apresentado pela linguagem, que, por sua vez, funcionaria como uma entidade independente da vontade humana. Isto é, se apresentaria como uma evidência de uma possível capacidade humana de encontrar verdades apodíticas. Portanto, teríamos encontrado uma maneira de estabelecer o irrefutável (Rorty, 1999a). A teoria neopragmatista segue na contramão dessa visão, afirmando que “[...] a verdade não pode estar dada – não pode existir independentemente da mente humana – porque as frases não podem existir dessa maneira [...]” (Rorty, 2007, p. 28). Desse modo, o sentido sistemático e estrutural é criticado e o naturalismo, o historicismo e a contingência são defendidos (Calder, 2006).

Em síntese, a ideia de um mundo dado, que existe sem qualquer intervenção dos seres humanos, não é contestada; o argumento criticado é o que retoma uma visão contemplativa da filosofia, ou seja, verdades sobre esse mundo dado. Esse ponto vai de encontro ao que neopragmatista americano sustenta, ou seja, se não o descrevemos, criamos ou construímos, então qual seria nossa participação efetiva? Uma resposta sucinta seria representada pela analogia a um quebra-cabeças (Rorty, 2005).

Nela as partes estariam espalhadas e, ao procurarmos corretamente, poderíamos encontrar e em seguida encaixaríamos as peças para ficar mais perto de um super vocabulário, que, em tese, estaria inerte, aguardando para ser conhecido (Rorty, 2005). Isso é equivalente a dizer que a linguagem pode ser pensada como um mecanismo para “[...] evitar a relativização histórica visto que a descrição era pensada como sendo uma atividade singular indissolúvel, fosse ela feita pelos neandertais, pelos gregos ou pelos alemães” (Rorty, 1999a, p. 79).

Um contraponto para esse raciocínio seria a visão rortyana baseada em um naturalismo aplicado às questões da linguagem. Essa categoria é definida como “[...] a visão de que qualquer coisa poderia ter acontecido de maneira diferente, que não pode haver condições incondicionadas” (Rorty, 1999a, p. 80). Aqui procuramos evidenciar a conexão com a noção de contingência que também é aplicada à ideia de historicismo. Assim, os pontos começam a ser ligados, visto que essa apresentação do naturalismo dialoga diretamente com alguns aspectos da cultura, como o processo histórico de socialização. O filósofo neopragmatista explica que “[...] nossa linguagem e nossa cultura são tão contingentes, tão resultantes de milhares de pequenas mutações que encontraram nichos (e milhões de outras que não encontraram), quanto as orquídeas e os antropóides” (Rorty, 2007, p. 46).

Tal explicação é voltada para demonstrar que a linguagem faz parte do conjunto de práticas que aprimoramos, especificamente, para aumentar nossas chances de sobrevivência em um mundo em que

2 O autor neopragmatista elucida esse ponto com a seguinte fala: “[...] eu definirei um ‘fisicalista’ como alguém que está preparado para dizer que todo e qualquer evento pode ser descrito em termos microestruturais, uma descrição que só menciona partículas elementares, e que pode ser explicada por referência a outros eventos assim descritos. Isso se aplica, por exemplo, a eventos como Mozart compondo uma melodia ou Euclides vendo como provar um teorema” (Rorty, 1997, p.159).

as relações de causalidade bem como a experiência ditam parte de nossas vivências. Poderíamos pensar nas primeiras explicações sobre os fenômenos naturais que giravam em torno do misticismo ou do teísmo, ou quando percebemos que determinados tipos de plantas poderiam ser cultivados, tal como que determinados animais poderiam ser domesticados, desenvolvendo maneiras de falar condizentes com essas novas relações causais, e, todas tendo sido úteis em seu momento (Rorty, 2007).

Explicando de forma resumida, estaríamos próximos de uma noção de cultura que “[...] é simplesmente um conjunto de hábitos de ação compartilhados, que permitem aos membros de determinada comunidade humana conviverem tão bem quanto lhes é possível, com os outros membros e com o ambiente que os cerca” (Rorty, 2005, p. 227). Destarte, a linguagem desempenharia o papel de facilitadora, na medida em que as palavras são usadas com fins específicos de prever e coordenar hábitos de ação. Concomitantemente à nossa progressão nesta tarefa, poderíamos descartar ou dar novos usos para as palavras e vocabulários dentro do jogo de linguagem (Rorty, 2007). Esse ponto é ampliado na análise da visão da tradição filosófica, a qual afirma que, quando usada “[...] como se utiliza uma caixa de ferramentas, desses ‘instrumentos conceituais’ – incluindo algumas que continuam a ter um prestígio imerecido – mostram-se como não tendo mais uso, e podem ser simplesmente dispensadas. Outras precisam ser renovadas” (Rorty, 1999a, p. 23-25).

Com efeito, precisamos introduzir no contexto da discussão a definição de vocabulário final. Vejamos como ele é descrito pela teoria neopragmatista de Rorty:

Todos os seres humanos carregam um conjunto de palavras que empregam para justificar seus atos, suas crenças ou convicções e sua vida. [...] São as palavras com que narramos, ora em caráter prospectivo, ora retrospectivamente, a história de nossa vida. Chamo a essas palavras de vocabulário final”. [...] Ele é “final” no sentido de que, se for lançada uma dúvida sobre o valor dessas palavras, seu usuário não disporá de nenhum recurso argumentativo que não seja circular. (Rorty, 2007, p. 133).

Em diálogo com o que já expusemos até aqui, o vocabulário final seria a reunião das ferramentas em uma caixa. O acréscimo é que Rorty (2007) individualiza a ideia, afirmando que todos temos o nosso próprio vocabulário final. Isso não quer dizer que parte desse vocabulário não é compartilhado, tampouco que cada pessoa pode dar significados aleatórios para cada palavra que usa, embora elas sejam livres para tentar modificá-los ou expandi-los. Conquanto, em determinados recortes, as falas do filósofo estadunidense podem gerar dúvidas a respeito desses quesitos.

Uma dessas dúvidas pode ser exemplificada quando ele afirma que esse conjunto de palavras é “[...] um vocabulário que nós não podemos deixar de usar, pois quando o alcançamos, não conseguimos avançar mais. Nós não podemos subdividi-lo, porque não temos nenhum meta-vocabulário com o qual frasar críticas a ele” (Rorty, 1999a, p. 55). Destacamos que a negativa de um espaço de neutralidade e julgamento é muito presente na argumentação rortyana. Isso está ligado à visão de que, em termos de persuasão, o que temos são narrativas para comparar e não uma narrativa no topo, que julgue (Rorty, 1994). Abordamos este ponto no primeiro capítulo, com a ideia de horizontalização defendida por Calder (2006).

Dando prosseguimento ao raciocínio, não podemos interpretar o não avançar mais como um fim alcançado ou um limite intransponível. O que está em jogo é o reconhecimento das contingências descritivas e da não aceitação de essências. Falando de outra maneira, não avançamos se aceitarmos nosso contexto sócio-histórico como fruto de um mundo onde as explicações sejam únicas e residam em outro espaço que não o nosso meio de convivência. A ideia, que aqui retomamos por questões de coesão, é que devemos encarar nossa identidade, consciência e comunidade como contingentes (Rorty, 2007). Isso é apresentado como uma forma de romper com as limitações de posicionamentos que indiquem que nossas vidas estão definidas de antemão (Rorty, 2009).

Vejam os pontos de defesa para essa enunciação a partir do que já discutimos até o momento. O naturalismo aplicado às questões linguísticas, no que diz respeito aos aspectos de nossa relação com o mundo, diz que a linguagem está em constante modificação. Também depreendemos que algumas formas de vida, paisagens, ou mesmo ecossistemas completos deixam de existir (as causas de extinção no mundo natural não são nosso objeto de estudo), podendo dizer que o mesmo acontece com a linguagem, isto é, novas palavras, frases e vocabulários completos estão sujeitos à extinção. O ponto defendido é que as novidades não vêm de outra dimensão, elas surgem a partir do velho, do anterior, do passado (Rorty, 2007).

A explicação para esse processo é dada a partir da argumentação rortyana sobre as metáforas. Conforme citamos no início desta seção, se elas fossem devidamente reconhecidas, poderiam desempenhar um importante papel de mudar crenças (Rorty, 1999a). Essa relação metáfora/linguagem estaria estabelecida por um princípio de causa e efeito (Rorty, 2007). Conquanto, o reconhecimento dessa função teria que passar pelo abandono de algumas elocuições, tais como ver “[...] a linguagem como algo que se molda gradativamente em volta dos contornos do mundo físico” (Rorty, 2007, p. 51); e “[...] como algo que aos poucos leva o Espírito à consciência de si” (Rorty, 2007, p. 51).

Observados esses pressupostos, a metáfora assumiria seu papel na narrativa da história da linguagem como o mecanismo capaz de ampliar os limites de nossos vocabulários finais de tal forma que:

Ver a história da linguagem – e, portanto, das artes, das ciências e do senso moral, – como a história da metáfora é abandonar a imagem da mente humana ou das línguas humanas como coisas que se ajustam cada vez melhor aos propósitos para os quais Deus ou natureza as destinaram – por exemplo, para serem capazes de expressar cada vez mais significados ou representar cada vez mais fatos. A ideia de que a linguagem tem um fim desaparece no instante em que desaparece a ideia de linguagem como meio. (Rorty, 2007, p. 45).

A citação de Rorty usada acima corrobora os tópicos que desenvolvemos nesta seção, ao tempo em que alarga o horizonte da discussão, pois nos transmite a noção de que a história das ideias filosóficas também é composta por uma linguagem metafórica, expressa pelo vocabulário registrado nos escritos dos teóricos que a compõem (Rorty, 2007). Dedicar-nos-emos a essa proposição na seção seguinte.

3 O uso da metáfora no processo de renovação da linguagem

Na seção anterior, explicitamos que na teoria rortyana alguns dos problemas da filosofia da linguagem podem ser encarados a partir do naturalismo, bem como de uma postura que sugere o uso das palavras de forma análoga a usar ferramentas. A finalidade disso seria focar no contexto sócio-histórico, assim, refutando a ideia da existência de uma linguagem baseada em conceitos metafísicos. A partir desta elocução, introduzimos a noção de vocabulário final que, sinteticamente, são conceituados como o conjunto de palavras que utilizamos para justificar ações e crenças. Esses passos iniciais fornecem-nos importantes noções da teorização de Rorty (1999a; 2007), para a sustentação da tese centrada nas metáforas como catalisadoras dos avanços na linguagem.

Considerando esse contexto, levantamos aspectos mais específicos desse debate, dentre os quais se destacam: o local da metáfora na linguagem e o uso metafórico das palavras, bem como explicitamos como estas categorias estão diretamente relacionadas à discussão que Rorty (2007) faz sobre a diferença entre o literal e o metafórico. Dessa maneira, na teoria rortyana, esses tópicos servem de base para a elucidação de questões de natureza política, moral, social, artística, como também ajudam a elucidar conceitos mais amplos, como a ideia de vocabulários finais, principalmente em relação ao projeto de criação do novo. Esse argumento é posto, em linhas gerais, na seguinte passagem:

Na ciência, na moralidade e na política, tanto quanto nas artes, nós, às vezes, nos encontramos nos movendo para a elocução de uma sentença que a despeito de ser à primeira vista falsa, parece iluminadora e frutífera. Tais sentenças são no começo de suas carreiras “meras metáforas”. Mas algumas metáforas são “auspiciosas”, no sentido de que as achamos tão provocadoras que tentamos torná-las candidatas a crenças, à verdade literal. (Rorty, 1997, p. 170).

O trecho acima confirma nossa argumentação como também nos conduz à discussão sobre a indagação se há um local determinado para a metáfora na linguagem. Um problema decorrente desse questionamento é tentar afastar a ideia de que a metáfora teria uma espécie de manual de uso. Quando se diz que algumas entre elas são candidatas a crenças, o raciocínio seguinte seria perguntar: quais delas e como podemos identificá-las? Ou seja, existe um conteúdo capaz de determinar o sentido ou o que realmente é uma metáfora para que, assim, possamos transformá-las em crenças (Rorty, 1997; 2007).

Esse problema pode obter direcionamentos a partir da diferenciação entre o uso literal e o uso metafórico das palavras e vocabulários. Assim, Rorty (2007, p. 48) diz que “[...] os usos literais de ruídos e marcas são aqueles que podemos manejar com nossas antigas teorias sobre o que as pessoas dirão em diversas condições. Seu uso metafórico é o tipo que faz com que nos ocupemos com o desenvolvimento de uma nova teoria”. Nesse e em outros pontos de sua discussão sobre a metáfora, Rorty (1999a; 2007) apresenta categorias davidsonianas para desenvolver sua tese.

Isto posto, assim como na seção anterior trouxemos alguns direcionamentos da discussão wittgensteiniana, nesta apresentaremos noções da filosofia de Donald Herbert Davidson (1917-2003), pois, a conversação que a teoria rortyana faz com diversas outras teorias é fruto de uma abertura para ideias sincréticas que Rorty (2005)³ assume. Portanto, a interlocução com essas teorias se faz necessária para um melhor encaminhamento dos objetivos desta pesquisa.

Assim sendo, analisamos alguns pontos em que Rorty se mostra davidsoniano, a partir do ensaio *What Metaphors Mean* (1978), no qual Davidson (2001) faz uma discussão que leva em consideração a busca pela operacionalização das metáforas, partindo do ponto de vista da negativa de que elas teriam um sentido determinado, duplo ou ambíguo, bem como que poderíamos acessar esse sentido, a partir da fixação de uma teoria sobre eles. Davidson (2001) defende que, no momento em que se estabelece um sentido, paráfrase ou ideia amplamente aceita, a metáfora morre, ou seja, é literalizada. Abaixo citamos um recorte para demonstrar nosso raciocínio:

Nenhuma teoria do significado metafórico ou verdade metafórica pode ajudar a explicar como a metáfora funciona. A metáfora segue os mesmos caminhos linguísticos familiares que seguem as frases mais simples. O que diferencia uma metáfora não é seu significado, mas seu uso: nisso ela é como a afirmação, insinuação, mentira, promessa ou crítica. (Davidson, 2001, p. 257, tradução nossa).

O recorte acima, além de refutar uma teoria para o significado metafórico, retoma o foco da linguagem sob o ponto de vista do uso/prática. Outro aspecto da discussão davidsoniana, que merece nossa atenção, seria que esse uso da metáfora não é ostensivo, tal qual discutimos na teoria wittgensteiniana. Deste modo, ela é vista como “[...] algo que se obtém do uso imaginativo de palavras, frases e inteiramente do significado literal das palavras que as compreendem” (Davidson, 2001, p. 247, tradução nossa). Falando de outra maneira, as palavras empregadas nas metáforas, na maioria dos casos, têm um significado

3 Para explicar esse argumento cito a fala de Rorty a qual diz: “Na década de 1960, quando eu era um jovem e confiável filósofo analítico, ouvi um reverenciado colega mais experiente, Stuart Hampshire, descrever uma conferência internacional cheia de estrelas sobre algum tema vasto e pretensioso – uma conferência da qual ele acabara de retornar e cujos os resultados ele deveria resumir no final da seção. ‘Não há segredos’, explicou Hampshire, ‘para um velho sincrético picareta como eu’. Naquele momento descobri o que eu queria ser quando crescer” (Rorty, 2005, p. XVIII-XIX).

conhecido, comum ou literal, no entanto, as metáforas não têm. Enfim, o aspecto que é discutido enfatiza uma demanda do emprego da imaginação pelos membros da comunidade de falantes.

Em vista disso, o conteúdo cognitivo, valores e referenciais linguísticos são refutados, porque não teríamos como determinar o que uma metáfora expressa a partir de algo previamente estabelecido. Não há como determinar se existem balizas ou quais pontos dessa prática são próprios da imaginação, porquanto, não há limites para o uso metafórico. Em complemento à essa ideia, citamos:

A metáfora é o sonho da linguagem e, como todos os sonhos, sua interpretação reflete tanto o intérprete quanto o sonhador. A interpretação dos sonhos requer a colaboração entre uma pessoa que está sonhando e uma pessoa que está acordada, mesmo que sejam a mesma pessoa; e o próprio ato de interpretação é um trabalho da imaginação. Da mesma forma, entender uma metáfora é um esforço tão criativo quanto criar uma metáfora, e as regras que a guiam são tão poucas quanto (Davidson, 2001, p. 245, tradução nossa).

O autor evidencia a ideia enfatizada no parágrafo anterior, e chama a atenção para a interação entre criador e intérprete. Isso nos permite chegar aos acréscimos que Rorty (2007) faz a essa discussão. Ele escolhe como ponto focal a relação de oposição entre o sentido literal das palavras (aquele com o qual estamos familiarizados) e os usos das metáforas. Assim, esse debate é fomentado na tese que defende a ideia de que uma metáfora morre no instante de sua literalização, ou seja, no momento em que tem um sentido fixado.

Essa é uma leitura rortyana de Davidson e parte de categorias próprias de sua perspectiva neopragmatista, a exemplo do antiessencialismo, contingência e redescrição. Dessa maneira, ele está reafirmando o postulado da contingência, quando escreve que “[...] os cérebros de certos organismos usuários da linguagem são afetados por neutrinos sob certas condições, esses organismos deixam escapar sentenças contendo neologismos como ‘verde’. Ou metáforas como ‘graça’ ou ‘gravidade’” (Rorty, 1997, p. 82).

Nessa esteira, ao analisarmos colocações como: “[...] alguns desses neologismos e metáforas podem então, ser assimilados e disseminados pelos pares linguísticos desse organismo. [...] eles serão literalizados e tomarão seu lugar na linguagem” (Rorty, 1997, p. 82). Veremos o sincretismo, nesse caso, com o ponto de vista de Davidson (2001). Logo, quando nos perguntamos se uma determinada metáfora teria um lugar de uso garantido na linguagem corrente, a resposta fundamentada na discussão do autor neopragmatista seria não, pois, enquanto o processo de literalização ou significação não for concluído, ela não será aceita pela comunidade de falantes, logo, não terá um uso no vocabulário dominante. Essa explicação pode ser evidenciada da seguinte maneira:

O que se dá com ornitorrincos, se dá com metáforas. A única diferença importante é que o ornitorrinco não chega *ele mesmo* a expressar uma verdade literal, enquanto a mesma corrente real de palavras que outrora formaram uma elocução metafórica pode, se a metáfora morrer na literalidade [...] você pode não ter de matar o ornitorrinco para aprender uma teoria satisfatória acerca de como ele opera, mas você tem de eliminar a metáfora para aprender uma teoria satisfatória acerca de como ela opera. Pois uma tal teoria lhe dará uma paráfrase amplamente aceita, e uma metáfora pela qual uma tal paráfrase é amplamente acessível aponta apenas para o que visamos como uma metáfora morta. (Rorty, 1997, 224-225).

Na citação, o referente à palavra ornitorrinco é o animal que contém as características responsáveis por tal definição. A mesma elocução nos indica que a metáfora não tem esse referente, isto é, não pode ser usada como a palavra ornitorrinco. Um mau observador desviaria o foco para a essência do que é ser um ornitorrinco. No entanto, o trecho não diz, somente, que na hipótese de encontrarmos algum,

saberemos o que fazer para caracterizá-lo. Isto é, saberemos descrever por que acreditamos que aquele animal é um ornitorrinco e não um leão ou cobra. A conclusão é que teríamos uma teoria a respeito do ornitorrinco e não haveria uma demanda de esforço imaginativo para elaborá-la (Rorty, 1997).

O mesmo raciocínio não vale para as metáforas, porque elas desempenham um papel diferente no jogo de linguagem, o de forçar os limites da interpretação. Assim o autor neopragmatista reforça a ideia de que ela “[...] é um instrumento essencial no processo de reformulação de nossas crenças e desejos” (Rorty, 1997, p. 170).

Essa discussão ainda pode ser exemplificada sob a perspectiva do naturalismo apresentado por Rorty. Segundo ele, “[...] nós podemos dizer que chegamos a entender metáforas do mesmo modo que fenômenos naturais anômalos. Nós fazemos isso a partir de uma revisão de nossas teorias, de forma a adaptá-las aos contornos do novo material” (Rorty, 1997, p. 220). Podemos perceber que um novo fenômeno natural requer um esforço imaginativo para a criação de uma descrição aceitável, ou seja, em termos nos quais seja possível sustentar a crença. A princípio, não teríamos nenhum direcionamento capaz de instruir como tratar esse fenômeno, logo, “[...] nós interpretamos metáforas do modo que interpretamos tais anomalias – buscando possíveis revisões em nossas teorias que possam nos ajudar a lidar com surpresas” (Rorty, 1997, p. 220).

Essa ideia está conectada ao argumento rortiano que a metáfora é incorporada ao vocabulário dominante, quando amplamente aceita pela comunidade de falantes, considerando que elas podem ser apontadas como capazes de mudar teorias, isto é, formas de pensar. Assim, “[...] as sentenças metafóricas não nos contam (literalmente) nada, mas nos apresentam coisas e fazem com que comecemos a buscar analogias e similaridades. Elas não possuem conteúdo cognitivo, mas são responsáveis por muitas cognições” (Rorty, 1997, p. 244).

Dentro do contexto da teoria rortiana sobre a linguagem, não há interesse em desvelar o sentido do metafórico, porque não se admite sequer a existência de um véu. O argumento é voltado, especificamente, para o que elas podem fazer (incentivar a transformação, criação, inventividade e imaginação), em vez de identificar um sentido preexistente, ou existente objetivamente, ou em si mesmo. Elas criam sentido novos, produzem novos conteúdos cognitivos. Concordar com isso seria o mesmo que aderir à ideia na qual a linguagem é vista como não tendo limites estruturais, visto que possui como ferramenta de transformação a metáfora, que, por sua vez, é uma atividade ligada à ilimitada capacidade de imaginar (Rorty, 1997; 1999a). Em síntese, a metáfora transforma sentidos ou significados, raciocínio que evidenciamos da seguinte forma:

Para tomarmos alguns casos mais importantes, a primeira vez que alguém disse “O amor é a única lei” ou “A terra se move em torno do sol”, a resposta geral deve ter sido “Você só pode estar falando metaforicamente”. Mas, cem ou mil anos depois, essas sentenças se tornaram candidatas a verdades literais. Nossas crenças foram, nesse intervalo, reformuladas para arranjar espaço para essas verdades – um processo indistinguível do processo de mudança do significado das palavras usadas nestas sentenças de tal modo a torná-las literalmente verdadeiras. (Rorty, 1999a, p.28).

A citação acima ajuda-nos a concluir a exposição desta seção, pois conecta a tese da metáfora como um ponto de crescimento da linguagem a alguns aspectos da defesa da alteração das crenças, teorias e significados que discutimos ao longo do capítulo. Essa conexão pode ser melhor identificada se retomarmos a ideia de verdade, abordada no primeiro capítulo, como a possibilidade de se chegar a acordos após a livre conversação. Esse diálogo é feito por meio das narrativas que descrevem pessoas, instituições, sentimentos, sempre levando em consideração o contexto macro (histórico) e um contexto micro (subjetividades, idiosincrasias) (Rorty, 2007).

Com efeito, o autor neopragmatista defende uma ideia que transita de um contexto comunitário para um contexto individual e vice-versa, porque, mesmo se estabelecendo uma divisão não dualista,

há indícios de que os vocabulários finais são responsáveis por mudanças em contextos amplos, pois, “[...] sem elas não haveria nenhuma coisa tal como uma revolução científica ou ruptura cultural, mas meramente o processo de alterar os valores de verdade das asserções formuladas em um vocabulário para sempre imutável” (Rorty, 1997, p. 170).

Isto posto, sem o uso da metáfora não haveria alteração no vocabulário, pois ela estaria blindada contra os aspectos individuais da vida, tais quais gostos, projetos pessoais, a busca para se tornar uma pessoa diferente, entre outros. Esses aspectos fazem parte do contexto geral em que Rorty (1994; 2007) desenvolve sua teorização filosófica; em suma, “[...] a discussão de Rorty sobre ‘vocabulários’ expande, assim, seu relato anterior ‘distintivo’ da mudança filosófica, na qual imagens e as metáforas suplantam os ‘argumentos’ e a ‘deliberação racional’ como veículos de transformação” (Malachowsky, 2002, p. 101-102, tradução nossa).

Desse modo, as mudanças da linguagem, das crenças e das teorias passam pelo processo de redescrição associado ao uso das metáforas para a criação de novas pessoas, ideias ou perspectivas filosóficas. Na seção seguinte, apresentamos com mais especificidade o processo de redescrição metafórica, focando na apresentação do ironista liberal o modelo de sujeito que Rorty (2007) definirá para sua sugestão de utopia liberal.

4 Metáforas na perspectiva ironista de Richard Rorty

Neste seguimento do texto, ativemo-nos às noções de redescrição e ironista liberal, haja vista que elas são noções-chave e elucidativas para a compreensão da temática discutida até o momento.

De maneira objetiva, o autor neopragmatista diz que o método redescritivo:

[...] consiste em descrever uma porção de coisas de maneiras novas, até criar um padrão de conduta linguística que tente a geração em ascensão a adotá-la, com isso fazendo-a buscar novas formas apropriadas de comportamento não linguístico – por exemplo, a adoção de um novo equipamento científico ou de novas instituições sociais. (Rorty, 2007, p. 34).

Essa definição é basilar para o entendimento da caracterização da noção de intelectual proposta pelo autor neopragmatista, bem como associada à ideia de metáfora e vocabulário final é utilizada para expandir as definições de conceitos como ironista liberal (Malachowski, 2002). Ela também marca a transição do debate, especificamente, do campo da filosofia da linguagem para a exposição das categorias que irão dialogar diretamente com os aspectos sociais e políticos (Silva, 2008).

Dessa forma, a redescrição pode ser interpretada como o uso em conjunto da habilidade de narrar e da criatividade imaginativa desencadeada pelo metafórico. Essa habilidade age diretamente para a alteração do vocabulário final, ou seja, muda a composição de expressões literais. No entanto, na perspectiva rortyana existem sujeitos que, por seu interesse idiossincrático pela leitura de obras filosóficas ou literárias, contribuem de maneira mais efetiva para o crescimento da linguagem no sentido de alterar esses vocabulários (Rorty, 1997; 1999a).

Esse cidadão paradigmático exerce um papel importante na cultura literária que Rorty apresenta como base para sua utopia liberal (Schulenberg, 2015). As características dele, e a maneira como se comporta frente à contingência histórica da comunidade na qual foi aculturado são fatores que Rorty (2007; 2009) ressalta. Em resumo, esse sujeito ou cidadão é o ironista liberal. Ele seria porque encararia a crueldade como a pior coisa que um ser humano pode fazer, e, ironista, pois estaria sempre ciente de sua historicidade e contingência (Rorty, 2007).

Com base no exposto, seguimos a apresentação desta ideia em duas partes, nas quais fazemos uma breve apresentação das características do ironista. Para isto, explicamos as categorias que Rorty (2007) o

apresenta, a saber: o teórico ironista, romancista ironista. A teoria rortyana estabelece uma diferenciação dessas noções a partir da ideia de redescrição metafórica, a qual foca na ampliação imaginativa que pode criar novas formas de descrever e interagir com o mundo e com as pessoas, de maneira aumentar a felicidade e diminuir a dor (Rorty, 1999a; 2007). A noção do sujeito liberal aparece no terceiro capítulo, associada à ideia de cultura literária, a fim de encaminharmos nossa discussão para a análise das narrativas e metáforas literárias, exercendo funções sociais distintas, porém complementares (Rorty, 2009).

Rorty (2007) define as características do ironista com as seguintes palavras:

[...] o sujeito que: tem dúvidas radicais e contínuas sobre o vocabulário final que usa atualmente por ter sido marcado por outros vocabulários tomados por finais por pessoas ou livros com que se deparou; (2) percebe que a argumentação enunciada em seu vocabulário atual não consegue corroborar nem desfazer essas dúvidas; (03) na medida em que filosofa sobre sua situação, essa pessoa não acha que seu vocabulário esteja mais próximo da realidade do que outros, que esteja em contato com uma força que não é ele mesmo. (Rorty, 2007, p. 134).

A maneira como o autor neopragmatista explica as características do ironista pode ser semelhante a uma ferramenta didática, para ilustrar a própria noção de ironismo. Schulenberg (2015) ajuda-nos a entender que Rorty (2007) também explica esta questão com base numa antítese ou contraponto a um outro perfil de sujeito, ilustrado como metafísico. Embora a argumentação rortyana sobre os metafísicos seja para o abandono da maneira de falar que eles defendem, Malachowski (2002) indica que essa é uma estratégia de convencimento ao leitor empregada pelo filósofo neopragmatista, assim, o segredo estaria em “[...] fazer com que os metafísicos não se saiam bem” (Malachowski, 2002, p. 118, tradução nossa).

Com efeito, alguns aspectos do ironismo podem ser melhor elucidados quando em paralelo ao metafísico. Dessa forma, são postas frente a frente categorias defendidas e refutadas pelo neopragmatista americano, a exemplo de: essência x aparência, contingente x necessário, objetividade x relatividade, razão x imaginação, entre outras (Rorty, 1994; 2007). Assim, podemos nos apropriar melhor da ideia deste parágrafo, ao analisarmos o recorte abaixo:

O ironista, em contraste com o metafísico (como platônico), é um nominalista e historicista que rejeita radicalmente a noção de natureza intrínseca, que rejeita a teoria da correspondência da verdade como ultrapassada e inútil e que constantemente chama a atenção para a contingência, a historicidade e criatividade dos vários vocabulários que ele usa. (Schulenberg, 2015, p. 39-40, tradução nossa).

O posicionamento acima, feito por Schulenberg (2015), conecta o que expusemos no parágrafo anterior, em relação ao discurso rortyano sobre a linguagem, e leva em consideração a forma como o metafísico enxerga esse quesito de maneira contrária ao do ironista. O primeiro a vê como resultado da busca por uma teoria apta a elaborar um vocabulário capaz de explicar o mundo e que não possa ser redescrito. O segundo a considera sempre sob a ótica das dúvidas sobre os vocabulários (Rorty, 2007). Esse foco no duvidar sofre uma autocrítica de Rorty (2007), já que, para ele, seria difícil um processo de socialização que se centrasse, exclusivamente, na dúvida ironista. Mas para o propósito de uma cultura literária, a dúvida é um motor fundamental para as constantes mudanças de vocabulário, ou seja, para a constante redescrição (Rorty, 2007; 2009).

A partir deste contexto e levando em consideração os aspectos metafóricos da linguagem, Rorty (2007) diz que, dentre esses sujeitos ironistas, existem os que se dedicam a filosofar e criar teorias, mas o que os difere dos metafísicos é sua perspectiva histórica sobre os textos que leram, bem como que “[...] podemos pensar nesses filósofos ironistas como críticos literários que se especializaram nesses livros – nesse gênero literário em particular” (Rorty, 2007, p.172).

Dessa maneira, autores como Hegel, Nietzsche, Heidegger são exemplificados como teóricos ironistas. Aqui há um aspecto de suma importância, que é a aproximação com a divisão de vocabulários em um conjunto de palavras para lidar com os aspectos privado e público da vida, ou seja, a ironia está ligada mais intimamente ao aspecto privado. Logo, duvidar, questionar e buscar o autoaperfeiçoamento são ações próprias do indivíduo que age de acordo com o ironismo (Rorty, 2007).

Outro ponto que merece menção é que, nesses termos, a filosofia seria encarada como um gênero literário (Rorty, 2009) e sua leitura seria utilizada para o desenvolvimento de aspectos específicos do indivíduo. O filósofo faria um trabalho mais voltado à busca de se autodesenvolver do que para contribuir com avanços no âmbito coletivo, a exemplo do aumento da solidariedade (Rorty, 2007).

Nossa leitura indica que o ponto de vista de Calder (2006) seria mais assertivo, na medida em que ele diz que “[...] a questão é manter a conversa acontecendo: encorajar o progresso da redescritão” (Calder, 2006). Esse é um aspecto corroborado por meio da forma como o filósofo neopragmatista define que o ironismo “[...] resulta da consciência do poder da redescritão, mas a maioria das pessoas não quer ser redescrita. Quer ser aceita em seus próprios termos – levada a sério tal como é, e da maneira como fala” (Rorty, 2007, p. 159).

Rorty (2007) nos diz que redescrever qualquer coisa (isso inclui pessoas, ideias, livros e teorias) é um processo firmado através do uso metafórico dos vocabulários. Com efeito, endossamos que a especificidade do teórico ironista é redescrever as teorias de seus antecessores, que normalmente são apontados com sujeitos que não pretendiam ter suas obras redescritas. Assim, no exemplo de Rorty (2007), Heidegger redescreveu Nietzsche, ou seja, falou de Nietzsche em termos heideggerianos.

Este processo resulta de uma vontade do teórico ironista de se filiar a um poder superior, que torne sua redescritão a última. Falando de outra maneira, na teoria rortyana as obras do cânone filosófico podem ser redescritas por aqueles que, após se tornarem profundos conhecedores do tema, teriam a capacidade de, sob termos próprios, porém novos ou metafóricos, mudar a maneira como compreendemos tal obra, no entanto sua fragilidade seria pensar que estaria pondo um ponto final no percurso de descrições históricas (Rorty, 2007).

Em contrapartida, o vocabulário final desses teóricos, por serem baseados em metáforas de redescritão e de criação (Schulenberg, 2015), também contribuíram para rompermos os limites das elocuições e ideias anteriores. Na teoria rortyana, o teórico ironista, mesmo não aceitando ser descrito nos termos dos outros, mesmo aplicando a dúvida ironista, ainda teria a ambição de alcançar o sublime, o superior, um projeto maior do que ele; ou seja, sua busca é pelo fim, e nessa busca, como citamos, ele ultrapassa as barreiras do que já estava dito e cria novas ideias, novas teorias. O que à primeira vista parece ser seu ponto forte, é também um ponto fraco, pois nessa busca ele negligencia o pequeno, o detalhe, os projetos menos ambiciosos (Rorty, 2007).

Essa discussão aprofunda-se com a leitura rortyana sobre as contribuições de Derrida para a teoria ironista. Rorty (2007) diz que o filósofo francês consegue se desvencilhar do impulso heideggeriano por filiação. Sua contribuição está, especificamente, em trazer a reflexão filosófica para a esfera privada. O argumento do autor neopragmatista é que se a ânsia por teorização ou pelo sublime “puder ser vista” com a vontade de autonomia presente em alguns romancistas ou poetas, isso livraria à filosofia vários problemas decorrentes da visão metafísica. Nesse sentido, Rorty (1999a) diz que para o projeto privado de Derrida a distinção entre filosofia e literatura seria importante, no entanto, também seria mais das escadas que deveríamos abandonar, tendo em vista já ter cumprido sua função. Assim, com exemplo de ironia privada derridiana, a ideia é refutar as teorias que visem ao sublime.

A contrapartida para o teórico ironista é o romancista ironista. O exemplo citado na discussão é Proust (Schulenberg, 2015). O ponto de partida para o entendimento desta categoria é marcar a diferença no tipo de livro a que este sujeito está mais habituado, mais interessado, a saber: o romance, a poesia, os contos (Rorty, 2007).

Desta forma, não há nenhuma intenção por parte do ironista romancista em criar um vocabulário que não possa ser redescrito. Sua busca não é para encontrar o metavocabulário, tampouco para criar termos os quais não poderão ser superados. Ele não almeja a filiação a um poder superior, a algo que esteja fora da capacidade humana de usar a linguagem para descrever suas vivências pessoais, sejam elas individuais ou coletivas; definitivamente ele não está à procura do inefável (Rorty, 2007).

Este indivíduo busca uma forma de redescrição que evite que ele se torne uma mera cópia dos outros, porém não crer que essa seja a última ou a melhor. O que ele vai buscar são termos nos quais os demais membros de sua comunidade jamais poderiam ter imaginado que ele seria capaz; será um sujeito que duvidou, porém fez escolhas que vão servir de base para o julgamento que as outras pessoas possam vir a fazer sobre ele, e não o contrário.

5 Considerações finais

Ao longo das seções deste trabalho buscamos discutir e apresentar a noção de metáfora literária na filosofia de Rorty. Para tal, inserimos tal debate em um contexto macro do pragmatismo relacionando-o diretamente à filosofia da linguagem. A importância da temática reside em que Rorty propõe que a renovação linguística (através do processo imaginativo metafórico) especialmente no que diz respeito às metáforas literárias, podem estar ligadas às mudanças éticas, políticas e sociais. Outrossim, o processo imaginativo seria responsável por ampliar nossa capacidade de criar soluções para os problemas relacionados a tais áreas.

Por fim, às metáforas, nos mantêm esperançosos de que mudar é possível. Elas nos dizem que a responsabilidade pelas criações humanas é do exercício imaginativo e que tal exercício nos ajuda a buscar novos significados, para temas importantes, como felicidade, amor, dor, idiotice, raiva, culpa, fracasso, sucesso etc. Nesse sentido, há uma complementariedade entre as funções que se daria, em linhas gerais, da seguinte forma: as narrativas ampliariam nossa intenção de ouvir e as metáforas manteriam nossa esperança em mudar. Tais funções estariam conectadas em prol de uma sociedade que entenda o indivíduo e não feche os olhos para os socialmente mais fracos.

Referências

- BERGMANN, Gustav. Logical positivism, language, and the reconstruction of metaphysics. In: RORTY, Richard (Ed.). *The linguistic turn: essays in philosophical methods*. Chicago: University of Chicago Press, 1992, p. 63-71.
- CALDER, Gildeon. *Rorty e a redescrição*. Trad. Luiz Henrique de Araújo Dutra. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- DAVIDSON, Donald. What Metaphors Mean. In: DAVIDSON, Donald. *Inquiries into Truth and Interpretation*. Oxford: Clarendon Press, 2001.
- MALACHOWSKI, Alan. *Richard Rorty*. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2002.
- RORTY, Richard. *A Filosofia e o espelho da natureza*. Trad. Antônio Trânsito. São Paulo: Relume Dumará, 1994.
- RORTY, Richard. *Contingência, ironia e solidariedade*. Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- RORTY, Richard. *Ensaio sobre Heidegger e outros*. Trad. Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999a.
- RORTY, Richard. *Filosofia como política cultural*. Trad. João Carlos Pijnappel. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

RORTY, Richard. *Objetivismo, relativismo e verdade*. Trad. Marco Antônio Casa Nova. Rio de Janeiro: Re-lume Dumará, 1997.

RORTY, Richard. *Para realizar a América: o pensamento de esquerda no século XX na América*. Trad. Paulo Ghiraldelli Jr., Alberto Tosi Rodrigues e Leoni Henning. Rio de Janeiro: DP&A, 1999b.

RORTY, Richard. *Verdade e Progresso*. Trad. Denise R. Sales. Barueri: Manole, 2005.

SCHULENBERG, Ulf. *Romanticism and Pragmatism: Richard Rorty and the idea of a poeticized culture*. London: Palgrave Macmillan, 2015.

SILVA, Heraldo Aparecido. *O pêndulo entre a filosofia fundacionista e a cultura literária: uma interpretação da filosofia de Rorty a partir da teoria poética de Harold Bloom*. Tese (Doutorado em Filosofia) São Carlos: UFSCar, 2008.

SILVA, Heraldo Aparecido. Richard Rorty: filosofia, linguagem e educação. In: SILVA, Heraldo A.; MOTA, F. A. da; NASCIMENTO, E. M. M. do. (Orgs). *Filósofos e perspectivas educacionais: dos clássicos aos contemporâneos*. Curitiba: CRV, 2018. p. 135-153.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Trad. Emmanuel Carneiro Leão. Petrópolis: Vozes, 2009.



COGNITIO

Revista de Filosofia
Centro de Estudos de Pragmatismo

São Paulo, v. 26, n. 1, p. 1-16, jan.-dez. 2025
e-ISSN: 2316-5278

 <https://doi.org/10.23925/2316-5278.2025v26i1:e68345>